



<b>Expresso</b> 28-04-2018	<b>Periodicidade:</b> Semanal	<b>Temática:</b> Política
	<b>Classe:</b> Informação Geral	<b>Dimensão:</b> 2072 cm <sup>2</sup>
	<b>Âmbito:</b> Nacional	<b>Imagem:</b> S/Cor
	<b>Tiragem:</b> 131300	<b>Página (s):</b> 1/10

Pinho apoiou €2,1 mil milhões ligados ao BES P10

# Seis projetos apoiados pelo GES foram acelerados sob tutela de Pinho

Entre 2005 e 2009 houve investimentos de €2,14 mil milhões ligados ao BES que tiveram a “via verde” do selo PIN

MIGUEL PRADO

“Mais do que permitir incentivos, trata-se de um processo de facilitação de projetos de investimento que, de outra forma, seriam mais morosos e enfrentaríamos muitos obstáculos burocráticos”. A frase é de 3 de julho de 2006 e foi proferida pelo então ministro da Economia, Manuel Pinho, a propósito dos projetos de potencial interesse nacional (PIN). E foi ao abrigo desse regime, lançado em 2005, que foi dado o selo PIN a pelo menos seis empreendimentos nos quais o Grupo Espírito Santo (GES) tinha interesses económicos.

A investigação do Ministério Público sobre suspeitas de corrupção envolvendo a EDP e Manuel Pinho levou a que Ricardo Salgado fosse constituído arguido pelos pagamentos que o GES fez a várias *offshores* que alegadamente teriam como beneficiário Manuel Pinho. Através da Tartaruga Foundation, do Panamá, Manuel Pinho terá recebido mais de meio milhão de euros do GES enquanto era ministro da Economia, revelou o “Observador” a 19 de abril.

Desde 2005, o selo PIN já foi dado a uma centena de projetos, segundo a AICEP-Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, que coordena a atribuição daquele estatuto. Na primeira vaga de PIN incluíram-se os empreendimentos turísticos Herdade da Comporta, Herdade do Pinheiro, Falésia D’El Rey, Benagil e Verdelago e a unidade de aquacultura da Pescanova. Todos somados correspondiam a investimentos de €2,14 mil milhões, a maior parte dos quais com ligação direta ao GES: o grupo era o dono da Herdade da Comporta (para onde se projetava um investimento de €1,1 mil milhões) e nos restantes projetos o BES concedeu crédito de pelo menos €247 milhões, segundo dados da lis-



Manuel Pinho abandonou o Governo de José Sócrates em julho de 2009. FOTO ALBERTO FRIAS

ta dos maiores devedores do banco (que o Expresso revelou no final de 2015) e de processos de insolvência de alguns dos promotores.

Pouco depois do arranque dos PIN, em 2005, Basílio Horta assumiu a liderança da API-Agência Portuguesa para o Investimento (que esteve na origem da AICEP), e que era tutelada pelo Ministério de Manuel Pinho. Basílio Horta garante nunca ter sido condicionado pelo ministro na avaliação das candidaturas. “Nunca me fez pressão nenhuma nem nunca admitiria que tal acontecesse”, declarou ao Expresso o agora presidente da Câmara Municipal de Sintra. “A declaração de projeto PIN era feita por uma comissão onde estavam todas as entidades licenciadoras, dos Ministérios do Ambiente, do Ordenamento da Economia. Apreciado por várias entidades, o projeto tinha de obedecer a um conjunto de requisitos. Ser PIN não dá

direito a financiamento”, sublinha Basílio Horta.

No entanto, o antigo presidente da AICEP diz ao Expresso ser “surpreendente que um ministro receba vencimento. Agora, aguarda-se uma explicação, porque ele ainda não se explicou, embora não seja fácil de explicar”.

O Expresso questionou Manuel Pinho sobre se interveio em alguma aprovação de PIN para projetos detidos ou financiados pelo GES. A resposta chegou via Ricardo Sá Fernandes, o seu advogado: “Relativamente aos projetos PIN, o doutor Manuel Pinho, por ora, chama apenas a atenção para a circunstância de que a sua apreciação era feita por comissões interministeriais, onde os ministros não tinham assento”.

“Compreendem-se as interações que as recentes revelações do processo EDP têm suscitado. Porém, no processo judicial em curso, o doutor Manuel Pinho não só ainda não

foi condenado nem acusado de nada, como nem sequer foi confrontado com quaisquer factos ou documentos. Apesar de estar há mais de dez meses a aguardar por esse momento. Entretanto, o seu bom nome já foi arrasado e sobre isso nada há a fazer. Mas há um direito de que ele não abdica: o de se defender quando estiver na posse dos factos e das informações que considera imprescindíveis para esse efeito. Nem sempre o que parece é, como oportunamente se verá”, declarou ainda Ricardo Sá Fernandes.

Há outros projetos que tiveram o selo PIN e aos quais o

GES teve uma ligação menos direta. É o caso do *resort* Campo Real: o BES Investimento assessorou o promotor, a Turcifex, na captação de um financiamento de €50 milhões.

Mas houve também diversos PIN sem ligações ao GES. E ainda projetos que sob a tutela de Pinho não conseguiram PIN, como sucedeu com o projeto de refinaria de Patrick Monteiro de Barros, amigo da família Espírito Santo.

Certo é que nos projetos PIN Manuel Pinho sempre se empenhou em apoiar publicamente os investimentos em marcha. Em Sines, ao lado de Sócrates, lançou a obra da fábrica da La Seda e a modernização da refinaria da Galp. No Algarve, inaugurou um autódromo. E em 2009, pouco antes de deixar o Governo, inaugurou a fábrica da Pescanova. Longe de imaginar que oito anos mais tarde seria constituído arguido por suspeitas de corrupção.

com VÍTOR MATOS

**A apreciação dos PIN era feita por comissões onde os ministros não tinham assento, sublinha Manuel Pinho**

## PROJETOS PIN ATÉ 2009

**Herdade da Comporta**  
 O empreendimento do Grupo Espírito Santo foi um dos maiores projetos a receber o selo PIN (Potencial Interesse Nacional) do Governo de José Sócrates. Os investimentos projetados ascendiam a €1130 milhões.

**Herdade do Pinheiro**  
 Promovido pelo grupo Pelicano, este empreendimento em Melides (Grândola) estava orçado em €167 milhões. O promotor acabou por entrar em insolvência. O Banco Espírito Santo (BES) financiou €124 milhões (dados de 2006) deste projeto PIN.

**Falésia D’El Rey**  
 Este empreendimento, promovido pelas empresas Bético e Crissier, tinha um investimento estimado em €230 milhões. A insolvência da Bético indica que o BES avançou pelo menos €27 milhões para este PIN.

**Benagil**  
 Era um dos maiores projetos imobiliários da Promovalor, de Luís Filipe Vieira. Orçado em €220 milhões, contava com €48 milhões do BES. Tinha PIN mas não chegou a avançar.

**Verdelago**  
 Outro dos projetos da Promovalor, o *resort* Verdelago, de €259 milhões, foi PIN e teve pelo menos €18 milhões do BES.

**Pescanova**  
 A unidade de aquacultura teve um investimento de €135 milhões. O BES foi um dos bancos financiadores do projeto, disponibilizando €30 milhões.

## PSD não perdona leis de Pinho na energia

**Sociais-democratas dizem que o custo excessivo da energia é uma herança das rendas fixas decididas pelo Governo Sócrates**

O PSD vai puxar para o topo da sua agenda a questão dos custos da energia, inflacionados pelas rendas de EDP negociadas no tempo de Manuel Pinho. Essa preocupação estava na moção de estratégia com que Rui Rio foi eleito líder do PSD, e as suspeitas sobre o ex-ministro de Sócrates tornaram mais evidente a ausência de boas razões para que os contribuintes suportem custos tão elevados. “As decisões de Manuel Pinho em 2007 foram altamente penalizadoras para o país”, diz ao Expresso o vice-presidente do PSD, Salvador Malheiro, que

é o porta-voz do partido para a área do Ambiente e Energia no Conselho Estratégico Nacional (CEN) do PSD.

As rendas da energia, diz, são uma preocupação para quem olha “para o futuro do país e as condições de competitividade e crescimento da economia portuguesa”. É um ponto de divergência com o atual Governo, garante. “Uma forma de aumentar a competitividade e o crescimento é reduzir os custos de contexto para as empresas, e, nesse aspeto, há muito tempo que está identificada a necessidade de reduzir os custos da energia, que são excessivos para empresas e famílias.” Uma herança, lembra Malheiro, de “decisões do passado, nomeadamente do Governo de José Sócrates, do qual também fa-

ziam parte António Costa e Vieira da Silva, entre outros, e que tinha Manuel Pinho como ministro da Economia”.

Um dos especialistas que tem ouvido sobre esta matéria é Henrique Gomes, primeiro secretário de Estado da Energia do Governo de Passos, que se demitiu ao fim de nove meses em funções por não conseguir impor uma forte redução das rendas fixas da energia. “Não faz parte do CEN, mas é uma das pessoas que nos está a ajudar”, confirma Salvador Malheiro.

Apesar da catadupa de notícias sobre as relações suspeitas entre Manuel Pinho, o Grupo Espírito Santo e a EDP, o vice-presidente do PSD não fala daquilo que “compete à Justiça”. Mas aponta o dedo

às consequências desses contratos. “São decisões que não foram acertadas nem têm uma justificação do ponto de vista do interesse nacional. As taxas de rentabilidade da EDP são pornográficas e estão estabelecidas em contratos leoninos. Se fica a dúvida sobre a existência de contrapartidas, isso é um assunto para a Justiça investigar. Do ponto de vista político, a questão é que continuamos a pagar um preço demasiado caro por essas decisões.”

Salvador Malheiro detalha três questões decididas por Pinho e que, para o PSD, explicam os valores excessivos que os portugueses continuam a pagar. Antes de mais, a fórmula de cálculo dos CMEC (Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual). Trata-se de uma

**Sobre as rendas de energia, o PSD tem ouvido Henrique Gomes, secretário de Estado de Passos, que acabou por se demitir**

compensação recebida pela EDP desde julho de 2007, com uma “garantia de rentabilidade extremamente elevada, que não teve em conta o interesse nacional, mas apenas o interesse particular da EDP”. Por outro lado, questiona as condições em que foi feito, também por Pinho, o alargamento da concessão de barragens à EDP. Por fim, o vice-social-democrata critica o exagero de pontos de produção de energia de fontes renováveis com tarifas garantidas, que em muitos momentos obriga o Estado a pagar energia a um preço muito superior ao de mercado e que muitas vezes o país nem consegue consumir. “Houve um exagero de projetos de produção de energia renovável com tarifas garantidas, sem avaliar as implicações para o futuro”, acusa.

### A cimeira adiada

O excesso de produção nacional de energia nalguns momentos e o preço demasiado elevado que os consumidores pagam relacionam-se com outra questão a que o PSD está atento: a

interligação energética entre Portugal, Espanha e França. A UE já anunciou o financiamento de extrema elevação, pelo golfo de Biscaia, com 578 milhões de euros. Um projeto que avançará depois de uma cimeira entre a Comissão Europeia e os governos de Lisboa, Madrid e Paris. Mas o PSD tem informações de que esse encontro estará a ser obstaculizado por Portugal e Malheiro questiona se haverá pressões sobre o Executivo para o adiar. Para tirar essa e outras questões a limpo, o PSD vai chamar ao Parlamento o secretário de Estado da Energia, Jorge Seguro Sanches.

Questionado sobre o facto de a cimeira não ter ainda sido marcada, Seguro Sanches disse ao Expresso que “a razão fundamental é a necessidade de acertar quatro agendas (Portugal, Espanha, França e Comissão Europeia)”. O governante assegurou, no entanto, que o dossiê das interligações tem vindo a ser trabalhado ao longo dos últimos meses nas reuniões ministeriais da UE.

FILIPPE SANTOS COSTA com M.P. fscosta@expresso.imprensa.pt